

Justiça obriga escolas públicas a normalizar aulas

Lauro Aires

Da equipe do Correio

Os protestos de pais de alunos surtiram efeito. O Ministério Público do Distrito Federal, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, conseguiu notificação judicial que obriga a Fundação Educacional do Distrito Federal a normalizar as aulas dos alunos da rede pública.

A notificação foi expedida pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude. Na rede pública, há uma carência de 500 professores de horário integral. Por causa disso, muitos alunos estão sem aula. Outros, com a grade escolar incompleta, têm de voltar para casa mais cedo ou ficam longos períodos em recreios compulsórios.

A Secretaria de Educação afirma não ter o número de prejudicados, mas, contando 30 alunos para cada professor, chega-se ao número estimado de 15 mil estudantes sem aula.

"Por causa dessa situação fizemos o pedido de notificação", explica o promotor de Defesa da Infância e Juventude, José Waldenor Queiroz. Ele explica que crianças e adolescentes têm o direito à educação garantido por lei.

De acordo com a notificação, todos os alunos devem estar na sala de aula em cinco dias. Se isso não ocorrer, o Ministério Público entrará com ação indenizatória contra o Governo do Distrito Federal e, possivelmente, contra o diretor da Fundação Educacional, Jacy Braga. Queiroz explica que a promotoria vai acompanhar o processo de reposição das aulas perdidas: "Não vamos aceitar que os alunos façam apenas trabalhos de pesquisa para compensar os dias sem aulas".

NOTIFICAÇÃO

O Secretário de Educação, Antonio Ibañez, diz que ainda não recebeu a notificação, mas espera que ela não seja necessária: "Esperamos que em cinco dias esteja tudo normalizado".

De acordo com Jacy Braga, o problema, que era financeiro, agora é gerencial. A fundação já tem o dinheiro para pagar os novos contratados: o governador Cristovam Buarque autorizou a Secretaria de Fazenda a usar R\$ 2,5 milhões de recursos próprios para completar a folha mensal dos professores — que é bancada com verbas da União.

Com a Justiça agora roçando nos calcanhares da fundação, o tempo passou a ser ainda mais precioso. Mas a legislação não ajuda. Depois da contratação, os professores podem adiar o início dos trabalhos por 90 dias. "Eles podem pedir prorrogação de posse", explica Jacy Braga.

Para acelerar a volta de todos os alunos ao horário normal de aulas, a Fundação Educacional vai fazer um mutirão de atendimento aos mais de 4 mil professores convocados. "Esperamos estar com 95% do quadro de professores completos já na segunda-feira", afirma Jacy.

"Como os professores temporários têm de começar a trabalhar no momento da contratação, a Fundação está fazendo esse tipo de contrato até que os trâmites burocráticos sejam concluídos", explica João Carmo, chefe da Seção de Recrutamento e Seleção da Fundação Educacional.

A maioria dos convocados foi aprovada no concurso de janeiro de 1996. Completam a lista professores que passaram nos concursos de 1995 e 1994, ainda em validade. O atendimento será feito na sede da fundação, na 607 Norte.

REJEIÇÃO

Jacy Braga explicou que a maior carência de professores de 1º e 2º graus ocorre em Recanto das Emas, Samambaia, São Sebastião e Ceilândia. "Muitos professores não querem trabalhar nesses locais, pois acham muito distantes e perigosos, principalmente nos turnos da noite", justifica.

No Recanto das Emas e em São Se-

bastião, por exemplo, faltam 40% dos professores das áreas específicas (Matemática, Ciências, História etc). No Plano Piloto, o impacto é menor: 99% do quadro de docentes está completo.

Em Taguatinga, o principal problema são os cursos profissionalizantes. Jacy Braga explica que está difícil encontrar professores com boa qualificação: "Precisamos de técnicos em eletrônica, mecânica e hidráulica".

O problema da falta de professores não é novidade. Em 1996, havia 5,9 mil docentes trabalhando na Fundação Educacional em contrato temporário. "Além da perda desses profissionais, cujos contratos terminaram em 12 de dezembro, tivemos que absorver a entrada de 19 mil novos alunos nas escolas", justifica Jacy. Por isso, diminuímos o número de professores que trabalhavam em cargos administrativos da fundação e os mandamos de volta às salas de aula.